

A PODEROSA “MÃO INVISÍVEL” DA VIDA COTIDIANA: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E TRABALHO NA HISTÓRIA DAS MULHERES CAMPONESAS

Losandro Antonio Tedeschi¹

RESUMO: Pretendo refletir como, a partir das últimas décadas, vários discursos têm se colocado no combate à desigualdade e à exclusão, em geral, das mulheres e de outros grupos marginalizados. Pesquisadores das políticas de equidade e desenvolvimento estão cada vez mais conscientes de que estratégias baseadas em modelos econômicos tradicionais não têm sido capazes de oferecer uma mudança significativa nem positiva para muitas mulheres em comunidades pobres. Isto leva a uma constante busca para construir ferramentas de análise que vão além das políticas econômicas, sociais e culturais. A desigualdade que afeta a história das mulheres em contextos produtivos, que se reproduz muitas vezes a partir das próprias organizações populares, é um fenômeno estrutural e histórico que, apesar das políticas de desenvolvimento elaboradas pelo Estado, tem resultados ainda insipientes do ponto de vista da promoção das condições de equidade de gênero. Na atualidade, em grande parte as mulheres venceram a exclusão, mas não venceram as desigualdades e a segregação.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres do campo. Trabalho. Gênero. História.

ABSTRACT: I want to reflect on how, from the last decades have made several speeches in combating inequality and exclusion in general, women and other marginalized groups. Researchers of

¹ Doutor em História Latino-Americana, pesquisador dos temas história das mulheres, estudos de gênero, memória e interculturalidade. Coordenador do Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (LEGHI) pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/MS).

policies of equity and development, we are increasingly aware that strategies based on traditional economic models have not been able to offer a significant and positive change for many women in poor communities. This leads to a constant quest to build analysis tools that go beyond the economic, social and cultural rights. The inequality that affects the history of women in productive contexts, which often reproduce themselves from the popular organizations, is a structural phenomenon and history that, despite the development policies established by the State, the results are still undergoing the point of view promoting the conditions for gender equality. Women today, largely won the exclusion, but did not win inequality and segregation.

KEYWORDS: Women farmers. Work, Gender, History.

1. A história das mulheres no campo e as razões ocultas da invisibilidade

O intuito desse artigo é apontar as transformações sofridas no universo camponês nas últimas décadas e como estas ganharam uma importante função social (com as necessidades que satisfazem) no imaginário coletivo, mostrando como tais mudanças resultam no protagonismo das mulheres como artífices e receptoras desse processo. Elas estão inseridas no centro dessas transformações, implantando claras estratégias de gênero tendentes a aumentar a sua cota de participação e poder social.

Ao analisarmos a história do Brasil, a partir do início de sua colonização, das primeiras décadas do século XVI até o início do século XX, podemos notar que a célula patriarcal brasileira centrada na figura do “Pater” era encarregada de toda a funcionalidade da vida colonial—a produção, a justiça, a defesa, o poder sobre os escravos, a reprodução dos costumes, etc. Tudo isso, de certa maneira, era legitimado pelo Estado.

O patriarcalismo na vida rural brasileira foi responsável pela continuidade do estereótipo das representações sobre o feminino

que a cultura familiar europeia tinha na época. No Brasil Colônia, o comportamento da mulher variava conforme a classe social ou o grupo étnico. As mulheres indígenas, negras e mestiças trabalhavam arduamente e, nas classes mais elitizadas, “nem todas as mulheres eram confinadas à esfera privada do lar e excluídas da esfera pública, entregue aos homens, como nos casos das viúvas que até administravam fazendas”.² Para Mary Del Priore, “o casamento como mecanismo de ordenamento social, e a família, como palco para uma revolução silenciosa de comportamento, fechavam-se em torno da mulher, impondo-lhe apenas - e lentamente - o papel de mãe devotada e recolhida”.³

O patriarcalismo se afirmou como instrumento de controle social sobre a família em território colonial, exercido pelo Estado e pela Igreja, que agiam mutuamente sob o imaginário social do período. Por este prisma, a família pode ser vista como uma das instâncias de controle da população, visto que

Muito pouco na colônia se referia ao indivíduo como pessoa isolada – é pela e para a família que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, se originam ou convergem. Podemos ir mais além e afirmar que a família confere ao indivíduo estabilidade ou movimento, influenciando no status e na classificação social.⁴

O mundo camponês no Brasil, em meados do século XIX, foi marcado intensamente por um novo fator: a vinda do emigrante, que se estendeu até o início do século XX. Em busca de trazer pequenos proprietários, com vistas a povoar regiões do Sudeste e Sul do país, através das companhias colonizadoras, o Estado passou a incentivar e apoiar políticas de apoio à imigração,

² PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 43.

³ Id., 1993, p. 133.

⁴ FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO; VAINFAS (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 21.

mantendo, porém, a política fundiária caracterizada pela grande propriedade e pela monocultura de exportação.

É importante salientar que os primeiros núcleos coloniais de imigrantes que chegaram ao Brasil reproduziram as representações sobre os papéis da mulher, presentes no imaginário europeu, caracterizadas pela atuação no interior da casa, junto aos seus filhos e dependentes. A legitimidade dessa ligação com a casa, com o espaço doméstico, estava relacionada às leis seculares moralísticas⁵, que mantinham os papéis femininos ligados ao marido, com funções de zelo pelo patrimônio doméstico, de organização da produção econômica da casa. Essas atribuições, construídas pelo imaginário social⁶, levaram à funcionalidade do espaço doméstico como suporte de

⁵ É necessário entender o modo como a mulher se percebe e é percebida nos dias de hoje como o resultado de um *continuum histórico* em que as concepções tradicionais do feminino continuam a ter influência capital na sociedade contemporânea. Dentre essas concepções, destacam-se os modelos e padrões do feminino veiculados pelos documentos oficiais da Igreja Católica e pela exegese bíblica, que fornecem protótipos de comportamento destinados às mulheres e à sociedade em geral. Uma leitura dos mecanismos de recepção das representações do feminino veiculadas pela moral cristã poderia levar-nos a refletir apenas sobre o modo como se determinam as práticas sociais perpetuadoras da dominação masculina, negligenciando a importância da autopercepção feminina e da incorporação de estruturas inconscientes como disciplinadoras do lugar social da mulher. Neste âmbito, o aprofundamento da dominação masculina tem sido destacado por Bourdieu: “Nós incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de avaliação, as estruturas históricas da ordem masculina”. (Ver: BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.11).

⁶ Esse capital simbólico da religião sobre o feminino ainda possui uma influência determinante e pode ser visualizado entre o público feminino do meio rural, no qual os papéis formulados pela religião e o patriarcado determinam, em pleno século XXI, a identidade feminina. (Ver: TEDESCHI, Losandro. *Do silêncio à palavra: construções e perspectivas em gênero no noroeste do Rio Grande do Sul*, 2001. Dissertação – Unisinos, São Leopoldo, RS).

⁶ É no campo do imaginário social que a sociedade informa aos sujeitos históricos os seus papéis, incorporando ou excluindo indivíduos ou grupos. Podemos assim considerar que dentro desse campo simbólico, são travados combates pela legitimação de representações que justificam uma dada ordem social. (Ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 47).

infraestrutura para o funcionamento do sistema econômico de todas as propriedades no Brasil.

A mulher camponesa, juntamente com o marido, desenvolveu a tarefa de colonizar áreas inóspitas e produzir para o consumo, assumindo uma responsabilidade imensa: solteiras ou casadas, com filhos menores ou não, foram sobrecarregadas com a tarefa de prover os velhos, organizar o trabalho doméstico e manter a coesão familiar.⁷

O casamento, tanto no aspecto das famílias camponesas, quanto no das relações do mundo urbano no Brasil, era a forma da conduta “decente” para os promotores da moral e da nova ordem. Mas o clima de mudanças que ocorreu no final do século XIX, com a industrialização, a formação de pequenas cidades no interior, resultante da imigração, passou a colocar em xeque as velhas regras e normas morais de condutas dos sexos. Diante de questões “perigosas”, geradas pela influência do ambiente urbano, o lar e a família passaram a ser palco dos discursos da moral cristã:

A esposa, a boa dona de casa, sabe perfeitamente quais os gostos do marido, seus pratos preferidos e a maneira pela qual os quer arranjados. Ela sabe tudo: o lugar que o marido mais gosta de estar, a cadeira escolhida, o descanso para os pés (...). Quando o marido lê não o interrompe, nem deixa perturbá-lo sem motivo. Mas se ele lhe fala do que a leitura sugere, a esposa mostra-se interessada – ou procura interessar-se pelo assunto – porque em tudo quer ser agradável ao marido, e isso lhe agrada sem dúvida. Tudo isso, são pequeninos nada. Pois esses pequeninos nada é que têm a maior importância na vida.⁸

⁷ FAVARO, Eulalia Cleci. *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências*. 1995. Tese – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS.

⁸ MALUF, Marina; MOTT, Lúcia Maria. Recônditos do mundo feminino: o menu do meu marido – 1920. In: NOVAIS, A. Fernando; SEVECENKO, Nicolau (Orgs.). *História da vida privada no Brasil*. v. 3 – República da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 389.

Regras passaram então a normatizar o perfil da família brasileira em construção. Nesse sistema, a mulher deveria ser o ajuste e o espaço das concessões para preservar a pureza e a submissão, combinadas com as novas expectativas da sociedade burguesa capitalista em ascensão, e gerenciar eficientemente o lar.

O que se reproduz no Brasil pela estrutura familiar são práticas sociais ancoradas nas representações sobre a maternidade e a domesticidade. A estrutura familiar camponesa brasileira não pode ser imaginada sem a figura da mãe protetora, acolhedora, dócil, que está sempre pronta para o refúgio dos filhos, reproduzindo a figura feminina criada pela moral católica. Desta forma, a imagem da mulher veiculada pela Igreja foi o fator determinante para a implantação dos modelos de representação e de identidade feminina a serem seguidos pelas mulheres. São construções sociais, em que a religião assume um papel particularmente importante, devido ao seu poder de dar sentido à vida. Por isso, sua ação foi fundamental na perpetuação de desigualdades associadas ao gênero e “a par de um discurso histórico factual, foi-se desenvolvendo uma argumentação teológica de suporte deste processo”.⁹

Se no mundo urbano os papéis, os modelos defendidos eram esses, no meio rural brasileiro, no início do século XX, os padrões não eram muito diferentes. A força da modernidade¹⁰ continuou

⁹ KRISTEVA, Julia; CLEMENT, Catherine. *O feminino e o sagrado*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001, p. 29.

¹⁰ Para Pateman, o casamento na modernidade difere das demais relações contratuais porque participam de seu contrato um “indivíduo” e um subordinado natural, e não dois “indivíduos”. A questão da individualidade nas relações familiares e a questão dos papéis do homem e da mulher são encaradas, nesse período, por um contrato que define, através de atos, o que o indivíduo pode fazer ou não. A criação dos espaços políticos é vista como uma ação masculina, reforçando nas mulheres suas aptidões no mundo doméstico. A legitimidade do papel da mulher como reprodutora do núcleo familiar e de mantenedora da família passa a ser entendida, pelo direito patriarcal, como uma das expressões fundadas na natureza. Quando o poder paterno é

perpetuando esses modelos. O referencial da “dona de casa” estava presente nos grupos domésticos, caracterizados por um espaço (roçado) e uma casa, onde os membros da família estavam ligados à sua posição em relação aos papéis sociais atribuídos a cada sexo. Segundo Ciro Flamarion Cardoso, toda a estrutura familiar dependia do trabalho dos seus membros na roça¹¹, identificada, do ponto de vista econômico, sobretudo por quatro características:

- 1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto;
- 2) trabalho predominantemente familiar;
- 3) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir por isto a vinculação eventual ou puramente com o mercado;
- 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o que plantar, e de que maneira, como dispor do excedente.¹²

tomado como paradigma da sujeição natural, questionamentos sobre a designação dos papéis e das relações conjugais e sexuais como naturais são facilmente desconsiderados. Todas as diferenças estão sintetizadas nas características “naturais” do nascimento. Desde a construção judaico-cristã e filosófica sobre o corpo da mulher, o nascimento biológico expressa um símbolo, uma representação de tudo aquilo que a torna um ser incapaz de entrar na sociedade, no espaço público, e de se transformar em um indivíduo civil, ou seja, numa cidadã. “As mulheres estão privadas tanto de força quanto de capacidade num sentido geral; mas, elas são, por natureza, deficientes quanto à capacidade especificamente política, do espaço público, de criar e manter atos e ações políticas”. (Ver: PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 140-142).

¹¹ Os colonos continuam cultivando como seus antepassados, ou seja, as primeiras famílias de emigrantes. Deles receberam também o nome dessa prática, a *Roça* (de que tiraram o verbo “*rosen*”, preparar a terra dessa maneira) e os de suas diversas operações. (Ver: ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Trad. Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, p. 286). Na região noroeste do Rio Grande do Sul, entende-se por roça uma parcela de terra na qual se realiza o cultivo próprio da pequena produção e através dele as famílias obtêm os meios necessários à subsistência.

¹² CARDOSO, Flamarion Ciro. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões

Para a história rural, a consequência da produção da roça ser responsável pelo consumo familiar e por oposição às atividades desempenhadas no âmbito da casa foi a desvalorização de uma das atividades. Nesse contexto, a partir da formação de uma nova prática cultural e social com a vinda dos imigrantes, os papéis do homem e da mulher no meio rural passaram a ganhar reforços e diferenças. A responsabilidade sobre o sustento da casa, o consumo familiar, pertencia ao pequeno agricultor, na qualidade de pai de família, sendo ele o responsável pela produção na roça. Sob esta ótica, os filhos e a esposa, mesmo desempenhando as mesmas atividades, passaram a prestar-lhe apenas uma “ajuda”.

Nesta estrutura patriarcal, o papel da mulher foi visto como o de dependência e de submissão em relação ao homem. Dados censitários da década de 1950 mostram que a escolaridade feminina no meio rural, mesmo sendo superior à masculina, não modificava os papéis sociais entre os gêneros, fato que se confirma em pesquisa aplicada em regiões deste estado naquele período,¹³ revelando que cabia ao homem a chefia da família, responsável por tomar as decisões mais importantes.

O gênero e as relações de gênero¹⁴ têm adotado desde então formas peculiares no mundo rural brasileiro. Para entendermos como têm atuado as mulheres camponesas, a relação que tiveram e têm com a atividade produtiva e com o trabalho agrícola e não

políticas. In: CHEVITARESE, Leonardo André (Org.). *O camponato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2002, p. 20.

¹³ SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973, p. 76.

¹⁴ O surgimento do gênero enquanto categoria de análise é recente e surge como uma tentativa de estabelecer compreensões teóricas acerca dos questionamentos que emergem das esteiras das práticas políticas que marcam o percurso de alguns movimentos sociais, sobretudo o feminista. Esses movimentos trazem na cena política um amplo questionamento e debates sobre posturas e comportamentos que, tradicionalmente, vinham sendo adotados como explicações “naturais” para atitudes discriminatórias e políticas e práticas de dominação e submissão. (Ver: SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, vol. 20, n. 2, p. 7, jul./dez. 1995.

agrícola, devemos partir do fato do que caracteriza as mulheres camponesas (frente às urbanas) na história do Brasil. Pois elas não têm somente trabalhado para a família, mas também na família. Esse trabalhar “na família” teve consequências muito importantes para as mulheres.

O não reconhecimento da dupla jornada do trabalho feminino na roça se manifestou na história através de um conjunto de representações sociais que estabeleceram esse discurso como legítimo, fazendo com que, em sua imensa maioria, as mulheres acabem interiorizando e incorporando, por meio de um processo sutil, o “consentimento”, e estabeleçam uma cumplicidade com o poder masculino.

O significado do que é trabalho legítima e dá sentido à divisão de tarefas por sexo, aprofundando a oposição entre masculino e feminino. Embora as atividades que se realizam no roçado sejam consideradas trabalho por oposição às atividades próprias da casa, dentro das atividades agrícolas há algumas tarefas que são especificamente femininas, tais como a semeadura ou a limpeza da horta. Estas tarefas, que são realizadas pelas mulheres, perdem o caráter de trabalho e passam a ser denominadas comumente de “ajuda”.¹⁵

Esta se constituiu em uma das formas de excluir as mulheres do espaço público, desqualificando sua força de trabalho, atribuindo-lhes um significado secundário, inibindo sua presença na esfera extradoméstica. Tal desqualificação trazia uma conotação de inferioridade e segregação social, cultural e econômica, ao sugerir que, de certa forma, as mulheres agricultoras não possuíam condições de realizar trabalho produtivo – o que não é verdade, dada à intensa atividade econômica exercida pelas mulheres, muitas vezes, provedoras da renda familiar.

Contrariamente, as tarefas domésticas das famílias agricultoras descendentes de imigrantes não eram divididas

¹⁵ HEREDIA, Beatriz. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas na América Latina. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Mulheres e força de trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 30.

com os homens. Os ganhos do trabalho feminino passavam imediatamente para as mãos do chefe da família, ou, em caso de ausência deste, para o irmão mais velho, ou até mesmo para a própria mãe, no exercício da função paterna.¹⁶

A dinâmica das demandas por força de trabalho acabou por pulverizar os pretensos seccionamentos de espaços do masculino e do feminino na esfera da produção. Esta simbiose está na relação direta da maior pressão da demanda por mão de obra na órbita da família. A mulher acresceu à sua lide domiciliar as tarefas na agricultura, operando-se uma combinação de trabalho doméstico e trabalho agrícola, mas sem visibilidade e reconhecimento enquanto sujeito.

Na atualidade, os estudos econômicos e sociais tendem a esquecer o componente subjetivo das necessidades humanas cobertas geralmente a partir das atividades da casa. Um esquecimento nada inocente, já que esconde um conflito de interesses: os diferentes espaços, os trabalhos e atividades que fazem parte dos processos de vida e reprodução não desfrutam do mesmo reconhecimento social, pois há entre eles uma hierarquia de componentes de avaliação, resultado de uma longa tradição liberal patriarcal.

A partir desta tradição, estabeleceu-se a visão de uma sociedade dividida em duas esferas separadas, com pouca interação entre elas e com base em princípios conflitantes. Por um lado, a esfera pública (masculina), que se concentrou no que é chamado social, político e econômico-comercial e regida por critérios de sucesso, poder, direitos de liberdade e propriedade universais, etc; e, principalmente, relacionado com a satisfação de aspectos mais objetivos da vida humana (o único reconhecido), como, por exemplo, a ciência, a esfera política, a cidadania. Por outra parte, a esfera privada ou doméstica (feminina), que estava localizada na casa, com base em vínculos emocionais e afetivos, desprovida de qualquer ideia de participação social, política ou de produção

¹⁶ FAVARO, Eulalia Cleci. *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências*. 1995. Tese – Pontifícia Universidade Católica, RS.

e relacionadas diretamente às necessidades subjetivas (sempre esquecidas) das pessoas. Nesta rígida dualidade somente o espaço público goza de reconhecimento social. A atividade ou participação no chamado espaço privado, socialmente e historicamente atribuído às mulheres, foi relegada ao plano da invisibilidade, negando qualquer possibilidade de valorização e reconhecimento social.

Mas essas atividades que não são valorizadas – que incorporam uma forte carga subjetiva, do cuidado – são justamente aquelas que mais estão diretamente envolvidas com a manutenção da vida humana. Constituem um conjunto de tarefas que visam dar apoio a pessoas dependentes, devido à idade ou a problemas de saúde, como também a grande maioria dos homens adultos. As tarefas incluem serviços pessoais, geralmente ligados às diversas necessidades e absolutamente indispensáveis para estabilidade física e emocional dos membros familiares. As atividades, que incluem a alimentação e o afeto, são em algumas ocasiões aspectos pouco agradáveis, repetitivos e cansativos, mas absolutamente necessários ao bem-estar das pessoas.

Estas atividades privadas constituem um trabalho que envolve tarefas complexas de gestão e organização, necessárias para a operação diária da casa e de seus habitantes. Um trabalho que é feito a cada dia, 365 dias por ano, em casa e fora do lar, na comunidade, na igreja, sem ser remunerado, oferecendo apoio e segurança pessoal e permitindo socialização e desenvolvimento das pessoas. A magnitude e responsabilidade destas atividades indica, como já observado em outro lugar, a existência de uma “mão invisível” muito mais poderosa, que regulamenta a vida diária e permite que o mundo siga em ordem.

Mas se aceitamos que essa atividade é absolutamente necessária para a sustentabilidade e cuidado da vida humana, como é possível que ela se mantenha invisível? Por que não há reconhecimento social e político correspondente à sua função? Com certeza a resposta a essas perguntas é muito complexa. Aventuro-me a assinalar duas grandes razões, uma de ordem patriarcal e outra – possivelmente mais recente – de ordem econômica.

A primeira tem a ver com as razões do patriarcado, como falamos anteriormente. Sabemos que em qualquer sociedade o grupo historicamente dominante (definido por raça, sexo, etnia, etc) define e impõe seus valores e concepções de mundo: constrói estruturas sociais, estabelece relações, impõe significados de poder, elabora o conhecimento e desenha os símbolos que marcam os sentidos das narrativas e das linguagens. Além disso, esses valores tendem a se categorizarem como universais, com os quais se invisibiliza o resto da sociedade. As sociedades patriarcais não são uma exceção à norma geral.

Desta forma, construímos um mundo no qual a ciência e a cultura vêm sendo construídas por um paradigma “falogocentrista”, portanto, tem-se valorizado aquilo que guarda relação com as atividades e estratégias oriundas desse modelo. No caso concreto que nos ocupa, todas as atividades relacionadas com a sustentação da vida humana, que tradicionalmente têm sido realizadas pelas mulheres e em grande medida se caracterizam porque seu resultado desaparece no desenvolvimento das próprias atividades isentas de valor público. Ao contrário, aquelas que se realizam no mundo público, cujos resultados transcendem o âmbito doméstico e que tradicionalmente têm sido realizadas pelos homens, gozam de valor social.

A segunda visão está relacionada com a própria definição de desenvolvimento e economia em territórios rurais, que vem sendo marcada desde o início dos anos 50, a partir de uma concepção formal, baseada na hegemonia do mercado capitalista, como única estratégia de desenvolvimento econômico, separada de outras instituições sociais, como as comunidades culturais, étnicas, etc. Esta concepção, segundo Esteva (2000), incentivou a propagação da escassez como um fenômeno universal e do poder do mercado como uma solução para essa escassez, associada ao crescimento econômico, a partir de uma lógica do aumento da renda per capita. Parte-se assim de uma ideologia econômica ocidental pautada pela necessidade de aumento da produção, que impactou diretamente as concepções econômicas dos países onde os projetos de desenvolvimento são executados a partir de uma ótica de gênero.

Segundo a pesquisadora Martha Lya Velásquez Toro¹⁷, em inúmeras sociedades a identidade masculina está mais associada a um poder de dominação, enquanto a identidade feminina a um poder de submissão ou a um “não-poder”. A construção dessas identidades se dá socioculturalmente e valoriza papéis e funções diferenciados que homens e mulheres assumem na família, na escola, no trabalho e nos diferentes ambientes de convivência e socialização. A mulher, segundo Toro, está geralmente destinada a desempenhar um papel reprodutivo – socializador e organizador – enquanto o homem a um papel produtivo – provedor da sobrevivência familiar. Estes papéis também definem uma ligação maior da mulher com o âmbito privado e do homem com o âmbito público.

Quando o foco do trabalho é o desenvolvimento local, o que parece ser importante perceber é que a dimensão de gênero como construção social define funções diferenciadas para homens e mulheres nos âmbitos reprodutivo, produtivo, político, comunitário e cultural. Segundo Brumer (1990), dessa forma o enfoque de gênero no contexto local permite aprimorar a análise da realidade específica e identificar de forma explícita as diferenças socialmente determinadas, bem como as formas de relacionamento existentes entre mulheres e homens no território em estudo. Estas diferenças incidem nas condições e posições assumidas por homens e mulheres, atores sociais, da localidade.¹⁸

Cabe ressaltar que processos participativos, estimuladores do desenvolvimento local, estão em constante construção e não podem ser traduzidos em um método específico. A incorporação do enfoque de gênero nestes processos é, ao mesmo tempo, uma estratégia que evidencia que mulheres e homens têm

¹⁷ Conferencista do Projeto “Fortalecimiento del liderazgo de la mujer, la planeación del desarrollo y el proceso de paz com perspectiva de género: *mujeres em la gestión local*”, Federación Colombiana de Municipios, Bogotá, Colombia, diciembre de 2001. Disponível em: <www.coeprbras.org.br>.

¹⁸ BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil: 1978-1988. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, ano 11, n.1, p. 124-142, 1990.

necessidades / interesses e potencialidades de desenvolvimento diferentes e uma ferramenta que garante que os efeitos ou benefícios do desenvolvimento cheguem de forma equitativa a homens e mulheres, agregando qualidade ao desenvolvimento local.

Incorporar a dimensão de gênero no desenvolvimento local contribui para construir a democracia, uma vez que esta pressupõe a busca da igualdade com respeito pelas diferenças, como base de um novo relacionamento humano. Uma das representações mais problemáticas e que coloca em xeque a própria visão que se tem do desenvolvimento é a que remete às causas da desigualdade como sendo um problema do Sul, um problema de subdesenvolvimento.¹⁹

Esses projetos, por não fazerem uma distinção entre “condição” e “posição” das mulheres²⁰ em contextos culturais diversificados, não foram capazes de trazer mudanças significativas na vida da população feminina. Muitos deles conseguiram ampliar a renda familiar, garantir o acesso das mulheres à saúde, à educação, etc., mas não proporcionaram alterações na posição das mulheres, que continuaram muitas vezes subjugadas, excluídas de qualquer esfera de decisão e autonomia.²¹

Esta limitação nas políticas de desenvolvimento com enfoque de gênero permaneceu durante muito tempo dominando

¹⁹ Sobre o desenvolvimento e eficácia em regiões de desigualdade étnica e de gênero, consultar: HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição da renda no Brasil: poucos com muito e muitos com muito pouco. In: DOWBOR, Ladislau; KILSZTAJN, Samuel (Orgs.). *Economia social no Brasil*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

²⁰ Os conceitos de condição e posição femininas na ótica desenvolvimentista foram desenvolvidos por: YONG, Kate. El potencial transformador en las necesidades prácticas: empoderamiento colectivo y el proceso de planificación. In: LEON, Magdalena. Op.cit., p. 234

²¹ Não podemos esquecer que a incorporação massiva das mulheres no mercado de trabalho, em especial na indústria, apesar de garantir um incremento na renda familiar e retirar a mulher do isolamento doméstico não proporcionou uma autonomia do sujeito feminino ou qualquer divisão sexual do trabalho. Acarretou, isso sim, numa sobrecarga de trabalho (a segunda jornada), num aumento de responsabilidades, no abandono dos filhos, maior vulnerabilidade ao assédio e à violência sexual.

os projetos de desenvolvimento. A falsa preocupação com a preservação da chamada cultura popular (mesmo que seja opressora e violenta), o medo de proporcionar mudanças qualitativas na divisão sexual do trabalho e na estrutura familiar e pôr em risco o poderio masculino foram fatores que serviram apenas para manter o domínio patriarcal intacto.

Um das consequências dessa invisibilidade histórica do trabalho feminino no campo foi o aumento de processos migratórios de mulheres jovens para as cidades. Como não há um reconhecimento do trabalho feminino do campo nas atividades da casa e da roça, muitas mulheres, principalmente as mais jovens, sentem-se atraídas a buscar o reconhecimento fora das atividades agrárias e perdem o interesse em se casar com agricultores jovens e construir a sua vida no campo.

As jovens no campo querem trabalhar em um espaço onde se sintam capacitadas e valorizadas e que obtenham uma remuneração justa. A própria formação das mulheres jovens no campo tem favorecido a emigração, posto que rara vez há um processo de orientação de desenvolvimento local dirigido a elas, e o que vemos são as mães incentivando suas filhas a saírem do campo, dos assentamentos rurais, em busca de melhores condições de vida.

Além disso, há outro argumento que justifica a emigração devido ao processo de invisibilidade do trabalho feminino no campo que é fator cultural. As mulheres camponesas, como vimos anteriormente, nunca tiveram as mesmas liberdades nem os mesmos direitos dos homens na história agrária desse país. Se existe um espaço onde ainda perdura uma divisão do trabalho e das funções masculinas é o mundo rural. Não se pode negar as grandes mudanças que têm ocorrido, mas ainda permanecem certas formas de controle, reproduzidas pelas representações sociais e o imaginário. A pior parte cabe às mulheres do campo, que tem muito mais presente estruturas que controlam os âmbitos e as formas nas quais exercem ou vivem sua própria liberdade.

O conhecimento desses modelos identitários e de gênero é um dos desafios básicos para se propor uma recuperação

sustentada da população rural. É impossível pensar a manutenção das comunidades do campo se não forem tomadas medidas adequadas que envolvam esses aspectos. A recuperação e a sustentabilidade do mundo rural passam pela oportunidade dada às mulheres do campo de poderem organizar sua vida nas comunidades. Muitos projetos se mostraram ineficazes e até mesmo contraproducentes pelo fato de os agentes de desenvolvimento não entenderem as desigualdades de gênero. Programavam ações que só aumentavam a carga de trabalho das mulheres sem o correspondente em termos de benefícios, aumentando assim as diferenças *de gênero*, isto é, o fosso existente entre os direitos do homem e os direitos da mulher.

A partir dos anos 80, feministas começaram a questionar as estratégias de trabalho e desenvolvimento e as intervenções destes projetos que não atacavam os fatores estruturais que perpetuam a opressão e exploração das mulheres, em especial das mulheres pobres.²² Nesse contexto é que o movimento de mulheres passou a utilizar o conceito de empoderamento.

Tal conceito de empoderamento surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos setenta (*empowerment*), através da bandeira do poder negro, como uma forma de autoavaliação da raça e luta pela conquista de uma cidadania plena. O termo começou a ser usado pelo movimento de mulheres ainda nos anos setenta. Para as feministas, o empoderamento compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais.

De acordo com Cevasco,²³ o empoderamento das mulheres representa um desafio às relações de poder dominantes. É um desafio à ideologia patriarcal (que é também machista), atinge a

²² BRUSCHINI, Maria Cristina. *Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985-1995*. São Paulo: FCC/DPE, 1998.

²³ CEVASCO, Gaby. *Gênero y nación* Instituto Instituto Flora Tristán, Editorial Tarea, Lima, 2005.

discriminação não só de gênero, mas também as desigualdades sociais. Por um lado, o empoderamento das mulheres significa o “desempoderamento” dos homens, do poder dominador e subordinador. Por outro lado, as mulheres mais empoderadas inauguram formas de relacionamento mais solidárias, eliminando, por exemplo, a responsabilidade masculina como sendo a única de sustento da família. Significa um empoderamento de ordem também psicológica/emocional que faz avançar na direção da diminuição dos estereótipos de gênero e na construção de uma sociedade mais igualitária e solidária.

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. É uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e à violação sem castigo, ao abandono e às decisões unilaterais masculinas que afetam toda a família.

Segundo León, o empoderamento das mulheres libera e empodera também os homens no sentido material e psicológico, já que a mulher logra ter acesso aos recursos materiais em benefício da família e da comunidade, a compartilhar responsabilidades, e também por permitirem novas experiências emocionais para os homens liberando-os de estereótipos de gênero.²⁴ O processo de empoderamento da mulher traz à tona uma nova concepção de poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas.

Para resumir e voltar à pergunta inicial sobre o lugar e a visibilidade da mulher camponesa em um novo modelo de desenvolvimento, é incontestável que as questões das mulheres devem ser pautadas sobre políticas públicas. As políticas setoriais

²⁴ LEON, Magdalena. El Empoderamiento en la teoría y práctica del feminismo. *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Santafé de Bogotá: TM Editores, 1997, p. 21.

no campo e as questões de gênero devem estar incluídas no planejamento social, local, regional e nacional. Mas o que vemos ainda é o contrário. Isso implica abandonar as velhas ideias que as instituições tradicionais de desenvolvimento econômico e social possuem das mulheres como “objeto separado” de grandes questões estruturais.

No entanto, se assumimos uma posição de protagonistas de um novo modelo de sociedade não podemos admitir, como nas últimas décadas, que as mulheres continuem sendo consideradas “apenas” um recurso econômico, uma variável demográfica, uma educadora do lar, sendo na prática excluídas do espaço de decisão.

Há certos desafios no horizonte das mulheres do campo que precisam ser refletidos à luz das novas mudanças econômicas das últimas décadas. Um desses desafios é a participação das mulheres camponesas nos processos de tomadas de decisões, para eliminar os tradicionais desequilíbrios existentes entre os gêneros. A participação plena e igualitária das mulheres nos processos decisórios não é apenas uma questão de justiça e igualdade numa sociedade democrática, como infunde vigor a uma democracia frágil e seus mecanismos. Somente através de uma distribuição equilibrada de poder e responsabilidades entre homens e mulheres é que se pode melhorar o nível de qualidade de vida da sociedade camponesa.

O papel ativo das mulheres no campo e a manutenção da renda familiar agrária são fundamentais. As mulheres rurais conhecem as necessidades que se colocam em seu meio familiar e comunitário. É fundamental que as camponesas se vejam implicadas no desenho, planejamento, gestão e desenvolvimento de programas de sustentabilidade.

É inegável a carga histórica de preconceito e invisibilidade do trabalho feminino, bem como o papel fundamental que as mulheres têm nas comunidades camponesas. Mas, é necessário que a sociedade em geral, comece a reconhecer os valores das mulheres do campo para possibilitar uma sociedade integrada e digna em que o sexo das pessoas não limite suas capacidades nem as possibilidades.

Se analisarmos com cuidado, perceberemos que as necessidades das mulheres do campo não são diferentes das mulheres que vivem no meio urbano. Obviamente, é preciso ter em conta que elas estão inseridas em um meio distinto, com características socioeconômicas próprias do espaço, com riquezas e possibilidades infinitas.

Mas se negamos seu papel, se limitarmos seu acesso ao trabalho, aos serviços básicos, levando-as a emigrar, quais podem ser as consequências? Devemos pensar seriamente nisso. Como nota para reflexão basta dizer que mais de 50% dos alimentos que são produzidos no mundo vêm das mulheres do campo.²⁵

As mulheres rurais necessitam que se eliminem as dificuldades que ainda padecem nos aspectos educativos, sanitários, participativos, do acesso à saúde, à moradia, etc. Necessitam de um reconhecimento da sociedade pelos seus papéis históricos de conselheiras, de agentes da saúde, de educadoras, de protetoras do meio ambiente etc. Necessitam que se criem meios, econômicos e estruturais nas zonas e comunidades em que vivem, distantes dos programas da classe política e do próprio estado. Necessitam de avanços nas fórmulas que permitam o reconhecimento profissional e legal, da divisão igualitária das tarefas da casa, de formação dirigida às especificidades do meio rural. Enfim, necessidades que não são diferentes de nenhuma mulher da cidade e que são na realidade direitos de todas as pessoas.

²⁵ Fundação Carlos Chagas. Banco de trabalho sobre as mulheres. Série 2. 2009. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie2.php?area=series>>. Acesso em: 20 maio 2012.